

RENDA DA TERRA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: SENTIDOS DA LUTA DE CLASSES E EXTRAÇÃO DE VALOR NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Beatriz Augusto de Paiva¹
Cristiane Luiza Sabino de Souza²
Maísa Gonçalves Cardoso³

Resumo: Este artigo versa sobre a questão agrária em sua dimensão conceitual, dedicada a explicar sua contraditória reprodução, pois que também é diluída na crescente lacuna entre as condições objetivas de existência social e política das majorias e de afirmação das classes sociais em disputa. Em nossa perspectiva, a questão agrária - em plena vigência no Séc. XXI - produz impactos efetivos sobre a parcela da classe trabalhadora que vivencia diretamente o trabalho no campo, mas também sobre a classe trabalhadora na cidade, submetidas à mesma estrutura de poder econômico, político e social própria do capitalismo dependente. Nos propomos a analisar, desde a América Latina como perspectiva teórico-política, o desenvolvimento capitalista na forma dependente e subordinada aos interesses imperialistas, onde a separação entre terra e trabalho, como esteio da produção capitalista, apresenta nuances particulares que se explicitam na questão agrária aberta e latente, numa estrutura que reproduz a superexploração da força de trabalho como condição *sui generis* da extração de valor neste território.

Palavras-Chaves: Questão agrária; renda da terra; superexploração da força trabalho; capitalismo dependente.

Abstract: This article deals with the agrarian question in its conceptual dimension, dedicated to explaining its contradictory reproduction, since it is also diluted in the growing gap between the objective conditions of social and political existence of majorities and the affirmation of the social classes in dispute. In our perspective, the agrarian issue - in full force in the 21st century - produces effective impacts on the part of the working class that directly experiences labor in the countryside, but also on the working class in the city, subject to the same economic power structure, political and social characteristics of dependent capitalism. We propose to analyze, from Latin America as a political theorist perspective, capitalist development in a dependent and subordinate way to imperialist interests, where the separation between land and work, as a mainstay of capitalist production, presents particular nuances that are made explicit in the agrarian question open and latent, in a structure that reproduces the overexploitation of the workforce as a *sui generis* condition for extracting value in this territory.

Keywords: agrarian question; ground rent; overexploitation of the workforce; dependent capitalism.

INTRODUÇÃO

A questão agrária e a superexploração da força de trabalho constituem-se, no contexto histórico-político do capitalismo dependente, pares indissociáveis, permanentes e estruturais da dinâmica de produção e apropriação da riqueza na América Latina. Tal sinergia entre questão agrária e superexploração da força de trabalho, reconhecida aqui como condição *sine qua non* à reprodução do capital na região, constitui o lastro estrutural da dependência, que adquire, por sua vez, densidades distintas conforme as intercorrências conjunturais, como se pode identificar no reforço da matriz primário exportadora, ditada pelos preceitos da cartilha neoliberal para a América Latina. Estratégica para a reprodução capitalista de tipo dependente, foi ainda mais acentuada a partir da programática dos anos 2000 - sob o codinome de *neodesenvolvimentismo* - a deslocar a terra e o trabalho a patamares de subordinação externa ainda mais profundos (TRASPADINI, 2016).

¹ Doutora em Serviço Social pelo PPGSS-PUC/SP e Professora Titular do Departamento de Serviço Social da UFSC. beapaiva@gmail.com

² Doutora em Serviço Social pelo PPGSS-UFSC e Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFSC. crisabino1@gmail.com

³ Doutora em Serviço Social pelo PPGSS-UFSC isa.posgraduado@gmail.com

Assim, desde os 500 anos de invasão colonial na América Latina, fundada com a imposição do modo de produção escravista, a sangria da terra e da sua gente no eterno moinho do capital seguem em franca expansão nas primeiras décadas do século XXI, demarcando uma quadra histórica de ofensiva imperialista, com suas antigas e novas estratégias de dominação geopolítica.

O denominado ‘agronegócio’, apresentado como a fortaleza econômica das maiores economias da região - Brasil, México, Argentina e Colômbia - mantém ora acesa ora latente a questão agrária e todos os conflitos sociais a ela concernentes. Frente ao avanço do imperialismo sobre a terra e o trabalho, a luta pela terra é cada vez mais criminalizada, mistificada e ocultada pelo aparato midiático e estatal. No século XXI, a questão agrária é atualizada, portanto, em seu caráter estrutural, ao passo que o acirramento da disputa pela terra coloca novos mecanismos de dominação de classe para a realização do valor a partir da terra-mercadoria (HARVEY, 2004). Na América Latina, pretendemos problematizar, isso só pode se realizar a partir da acentuação da superexploração da força de trabalho, da espoliação dos recursos naturais e da violência, processos que incidem de maneira ainda mais direta e violenta sobre os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais em geral.

Nesse sentido, o debate da renda da terra e de sua função no capitalismo adquire notável relevância no âmbito da questão agrária, o que exige analisá-la a partir de contradições que a determinam, buscando suas conexões e particular processualidade decorrentes da dinâmica do capitalismo dependente. De partida, cabe lembrar que, para além da vinculação genética entre ambas, tal reflexão assevera que tanto a questão agrária como a renda da terra - dominadas pelo latifúndio e pela superexploração - não serão suplantadas dentro da sociabilidade do capital, pois são fruto das relações antagônicas que sustentam esse sistema e sujeitam o trabalho e o trabalhador à dinâmica voraz de valorização do capital. Nesta perspectiva, entendemos que o estudo da questão agrária em toda a sua complexidade, e com os vínculos histórico-econômicos corretamente delineados, permite explicitar conteúdos decisivos e impactos relevantes que tais contradições tendem a provocar nas sociedades latino-americanas como um todo. Ao nosso ver, sua prospecção contribui para o desvelamento da enigmática dinâmica de subordinação da terra ao capital, que no século XXI pode se expressar tanto na exacerbação do processo de espoliação dos recursos minerais e da água, como no manejo desmedido dos agrotóxicos ou na permanente violência contra os trabalhadores - ameaças tanto à biodiversidade natural, quanto à sobrevivência humana, como afirma Armando Bartra Vergés (2006).

Nas trilhas aqui percorridas, entendemos que a questão agrária se reproduz e, contraditoriamente, se dilui na crescente lacuna entre as condições objetivas de existência social e política das majorias e de afirmação das classes sociais em disputa. Ela produz impactos efetivos sobre a parcela da classe trabalhadora que vivencia diretamente o trabalho no campo, mas também sobre a classe trabalhadora na cidade, submetidas à mesma estrutura de poder econômico, político e social própria do capitalismo dependente. Como apontou Ruy Mauro Marini (2011), a questão agrária se relaciona com as condições de vida dos trabalhadores da cidade, na medida em que a estrutura agrária brasileira impõe a estagnação dos seus salários, principalmente através da alta desproporcionada dos preços dos produtos agrícolas, em especial dos alimentos. Na atual quadra histórica, esta dimensão se reatualiza com a vinculação ainda mais direta entre os setores agrários e o mercado financeiro, realizada pelo aludido ‘agronegócio’, seja por meio da especulação nos mercados futuros da produção agrícola transformada em *commodities*, que impõe à classe trabalhadora uma cesta básica com custos cada vez mais elevados, tensionados pelo câmbio e outros fatores que integram o circuito do capital fictício. Exemplo disso é a exorbitante elevação do preço de alimentos como arroz e óleo de soja, no contexto da pandemia⁴.

Nesta perspectiva, sob o capitalismo dependente, sendo a acumulação do capital erigida sobre a superexploração da força de trabalho, e essa cada vez mais acentuada pela extração da renda da terra, não é possível desconsiderar ou secundarizar a centralidade de ambas para a análise crítica dos sentidos políticos, econômicos e culturais dados à luta de classes em nossa região. Isso implica em buscar ir além das explicações de como se organiza a propriedade, o uso e a forma de produzir na terra, ou o desenvolvimento agrícola: é necessário entender como se desenrolam as relações sociais e de poder e as lutas pelo domínio fundiário. Frente à tal elo da questão agrária na América Latina, o cativo da terra manifesta a continuidade da superexploração da força de trabalho no campo e na cidade, cada vez mais intensificados pelo controle do capital financeiro. Expressa, portanto, a expropriação, a opressão e a crescente miséria da classe trabalhadora, em concomitância com o processo de acumulação de capital nas mãos da distinta minoria. A reflexão central que propomos neste

⁴ Brasil de fato: “Política, e não inflação, explica a alta do arroz e outros alimentos no país da soja”

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/10/politica-e-nao-inflacao-explica-a-alta-do-arroz-e-outros-alimentos-no-pais-da-soja>>.

artigo é, assim, tratar dos elos que atam tais dinâmicas ao circuito econômico-político da produção valorização de valor, evidenciando a relação entre renda da terra, superexploração da força de trabalho e luta de classes na América Latina. O artigo foi desenvolvido em três partes, com o propósito de esclarecer objetivos correlatos, a saber:, no primeiro, pretendemos analisar atualidade da categoria *renda da terra*, tida aqui como chave analítica fundamental do processo de acumulação no capitalismo dependente⁵; no item seguinte, buscamos retomar aspectos da questão agrária latino-americana desencaminhada pelos interesses do capital financeiro, especialmente, que decorrem da trama mundial ordenada pela ofensiva imperialista; no terceiro item buscamos reposicionar a trama da crise global do capital, visando identificar caminhos da questão agrária latino-americana. Com tais intentos, esperamos contribuir de alguma forma para o posicionamento estratégico do debate sobre a questão agrária frente à luta de classes, entendendo-a como integrante indissociável dos processos de produção de valor e de exploração do trabalho, bem como da superação das relações deletérias sobre as quais se assentam.

1. TERRA, TRABALHO E RENDA DA TERRA - CHAVE ANALÍTICA FUNDAMENTAL DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Na precisa e insuperável aceção de Karl Marx (2013), a terra e o trabalho são as fontes originárias de toda a riqueza e a separação entre o trabalhador dos seus meios de trabalho e da terra foi o primeiro passo para desabrochar o capitalismo. A terra, como bem natural necessário à reprodução dos seres vivos e que não pode ser produzido pelo capital, é essencial a certos processos produtivos que dependem, de diversos modos, dos recursos nela contidos, mesmo frente ao avanço técnico-científico que permite a criação de variados mecanismos tecnológicos de enfrentamento aos limites impostos pela natureza.

Na medida em que o capital visa sobretudo a produção de mercadorias para a extração da mais-valia produzida pelo trabalho, na sociabilidade capitalista a terra afirma-se como elemento fundamental e contraditório, pois como bem natural não pode ser produzida pelo trabalho, mas precisa, outrossim, submeter-se como forma e conteúdo à dinâmica da mercadorização e valorização. Por um lado, o modo de produção capitalista, ao separar terra e trabalho como propriedades privadas individuais, se desvincula da natureza como meio direto de produção das mercadorias e da vida humana, buscando autonomizar-se enquanto um sistema produtor de valor. Por outro lado, o vínculo entre terra e trabalho revela-se inseparável nas relações humanas de produção, pois somente a terra, como fonte de recursos e meio de trabalho, pode fornecer determinados bens ou condições essenciais a essa produção.

Diante dessa contradição, compreender a relação terra e trabalho no âmbito da produção social capitalista requer uma análise das determinações da dinâmica de produção e valorização do valor, sob a qual a própria terra é submetida aos ditames do capital e, apesar de em si não constituir valor pois não é fruto do trabalho, é transformada em mercadoria, adquirindo preço e podendo ser vendida no mercado e, sobretudo, é possibilitada a existência da renda capitalista da terra, como um meio privilegiado de apropriação de parte do excedente econômico produzido pelo trabalho social (MARX, 2017).

Para Marx, a base fundamental do processo no qual surge o modo de produção capitalista está na expropriação fundiária, que retira dos produtores diretos os meios de subsistência e de produção necessários à sua sobrevivência e os lança no mercado de trabalho como força de trabalho “livre”. Marx (2013) ilustra as diversas formas do processo de separação entre os produtores e a terra na “assim chamada acumulação primitiva do capital” na Inglaterra, mas ele mesmo salienta que o dito processo de expropriação se deu de diversas formas nas distintas regiões do globo, as quais têm como elemento comum a violência, *pelo roubo, pela usurpação, pelo terrorismo, pela disciplina sanguinária*, etc. A violência foi o mecanismo primordial na criação dos trabalhadores *livres como pássaros*, cuja expulsão do campo criou, diretamente, os modernos proprietários fundiários.

As diversas mudanças que ocorreram ao longo do desenvolvimento capitalista, seja na sua fase mercantilista, concorrencial ou na monopolista/imperialista que vivenciamos atualmente, não foram capazes de alterar substancialmente essas contradições originárias do capital, ao contrário; criaram novas facetas ao velho antagonismo e diversificaram as formas de violência e expropriação do trabalhador. Assim, sabemos, a propriedade privada da terra, dos meios de produção em geral e a exploração da força de trabalho são elementos centrais deste modo de produção e, enquanto capital se firmar como relação política e economicamente

⁵ Uma exposição mais aprofundada sobre a atualidade do debate da renda da terra foi desenvolvida por Cardoso (2020), na tese de doutorado intitulada: Renda da terra e agronegócio: reflexões sobre a questão agrária no Brasil do século XXI.

dominante, tais dinâmicas centrais permanecerão vigentes, como esteios indissociáveis da sociabilidade capitalista, conforme analisado, a seguir:

O monopólio da propriedade fundiária é um pressuposto histórico e continua sendo o fundamento permanente do modo de produção capitalista, bem como de todos os modos de produção anteriores que se baseiam, de uma maneira ou de outra, na exploração das massas. Mas a forma em que o incipiente modo de produção capitalista encontra a propriedade fundiária não lhe é adequada. Só ele mesmo cria a forma que lhe é adequada, por meio da subordinação da agricultura ao capital (MARX, 2017, p.125).

Vergés (2006), a partir da teoria da renda da terra de Marx, aponta que no modo de produção capitalista a escassez de determinado recurso natural é diretamente proporcional à renda apropriada por aqueles que detêm tal recurso, ou seja, a renda da terra capitalista, apropriada de maneira privada, é uma forma de acumulação distinta da indústria, do comércio, etc., mas, sem dúvida, é fruto das relações capitalistas. Para Marx (2017), é uma porção da mais-valia arrancada dos trabalhadores, uma porção que expressa a valorização da transformação da propriedade como meio de acumulação, ou seja, como a valorização de um bem natural escasso, que não pode ser produzido pelo trabalho. A renda da terra capitalista é uma parte específica da mais-valia, é excedente sobre o lucro, ou seja, a parte do valor da mercadoria que consiste, ela mesma, em mais-valia. É por esta razão que o debate sobre a dinâmica da terra no capitalismo, requer atenção aos processos de distribuição da mais-valia entre os capitais nos diferentes ramos de produção, que inclui o sistema financeiro, o setor industrial, as trocas no mercado externo, o consumo interno e lutas da classe trabalhadora.

Este primeiro momento de modernização capitalista explicita porque a renda absoluta da terra foi importante no processo de integração da América Latina ao mercado mundial, desde o sistema colonial-escravista, tanto como o nexo para a compreensão dos traços específicos da acumulação dependente dentro da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial, quanto na apreensão depois da dinâmica da luta de classes agudizada sob as contradições da dependência latino-americana. No âmbito das disputas imperialistas sobre a América Latina, é importante salientar que, desde que os Estados Unidos se tornaram uma grande potência mundial, ainda no século XIX, passou a tratar a América Latina como extensão territorial norte-americana e a determinar, direta ou indiretamente, os rumos políticos, econômicos e culturais desse território, porque aqui estão as reservas necessárias, tanto de recursos naturais, quanto de força de trabalho barata e abundante, que o império estadunidense aspira. Esse controle externo tem grande incidência sobre os acontecimentos internos, razão pela qual durante todo o século XX a América Latina, dentro de cada país, vivenciou uma ampla repressão dos anseios e das lutas populares, com governos autoritários e vinculados aos interesses externos, mesmo quando se apresentaram como nacionalistas (como as ditaduras civil-militares). Como fornecedores de bens primários na lógica da subordinação dependente, significa que as nações latino-americanas e seu povo estejam sempre submetidos à política dos países imperialistas detentores dos recursos tecnológicos, cuja política de rapina não permite que os países exerçam a sua soberania - no sentido de ter autonomia nas suas políticas internas, na gestão dos seus recursos e no destino das suas riquezas (MARINI, 2011; FERNANDES, 2008).

Na análise de Lenin (2008) sobre a tessitura do capitalismo no início do século XX, fica explícito que, sob o imperialismo, a extração da renda da terra por meio da manutenção subordinada dos países do assim chamado *terceiro mundo* continua sendo substancial para a produção de valor nos centros. Lenin aponta duas facetas desse processo que são importantes para a compreensão da dinâmica desigual imperialismo-dependência; uma delas é a transferência de capitais das economias centrais para as economias periféricas, na busca por valorização. Segundo ele, essa dinâmica é expressão da crise de valorização nos países centrais e sua busca por maiores taxas de lucro através da apropriação de mais-valia e renda da terra, em países com custos menores da força de trabalho e de matérias-primas. O que tem como resultado um processo de transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais, na forma de lucros, dividendos etc., como nas mesmas trilhas assinala Marini (2011). Mas, Lenin (2008) elucida que esta busca por maiores taxas de lucro, em direção à periferia capitalista, é também acompanhada pela concentração do capital bancário, cada vez mais determinante no processo produtivo, que passa a se unificar numa fusão que consolida a hegemonia do capital financeiro, que é o fundamento do que se apresenta na contemporaneidade, nos marcos do século XXI, com o avanço da valorização do capital pela via financeira, sob a hegemonia de uma oligarquia financeira que cristalizou a monopolização de diferentes setores econômicos, sob a coordenação complacente do Estado. Na partilha do mundo que se abre entre estes grandes capitais, os crescentes e diversificados conflitos bélicos, de alta ou baixa intensidade, híbridos ou clássicos, passam a definir nesta escala mundial o controle da terra e seus recursos naturais, bem como da sorte do povo que a habita. Para Lenin (2008) essa

característica, própria do estágio mais avançado da concorrência intercapitalista entre os monopólios, se desdobra na sujeição de economias periféricas abundantes em recursos naturais e força de trabalho. É essa integração subordinada dos territórios que, ao destituir de poder as nações periféricas, às condiciona ao marco estrutural da dependência e ao subdesenvolvimento, que se desdobrarão nos distintos territórios subordinados e seus Estados *subsoberanos* (Osório, 2014). Ao tempo em que a ânsia pela *partilha do mundo* move a militarização dos conflitos mundiais, também ascende ao processo definitivo de plena dominação imperialista do capital monopolista aos países periféricos, reconfigurando ao seu modo a dinâmica de reprodução capitalista mundial.⁶

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E CRISE DO CAPITAL E APROFUNDAMENTO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.

Para a América Latina, tal dinâmica a recoloca uma função na divisão internacional do trabalho que tem centralidade na apropriação da terra e do território, configurando aquilo que Lenin (2008) definiu como apropriação dos recursos naturais. Ao cumprir esta função histórica, legada à periferia capitalista latino-americana, em que pese o processo de avanço do desenvolvimento das forças produtivas em meados de 1970, é que alguns países na periferia capitalista, vivenciaram processos de inserção tecnológica nas relações de produção, de forma a redimensionar a dinâmica da extração da renda da terra nesta fase de desenvolvimento capitalista.

Na esteira das elaborações de Lenin, Ernest Mandel (1982) mostra como a complexificação das contradições do capitalismo pós-guerra resulta na imposição de uma nova divisão internacional do trabalho nos anos de 1970, expressa na agudização de duas contradições: 1- relançamento para a periferia capitalista de um padrão exportador de especialização produtiva e, 2- o trabalhador como fonte de lucros extraordinários. Num primeiro plano, estas contradições expressaram o restabelecimento de formas de dependência que, na visão de Marini (2011), haviam ganhado uma espécie de equacionamento, a partir do final do século XIX. Todavia, após 1980, tais contradições históricas se reconfiguraram e corporificam novas formas de subordinação. O segundo aspecto resultante dos novos termos, passa a reger a divisão internacional do trabalho relançada no processo de mundialização do capital que, após as décadas de 1970/80, segue operando - no nível do estabelecimento da lei do valor - mesmo uma economia globalizada⁷.

Como adverte Ernest Mandel (1982), atento às transformações do capitalismo tardio - em sua configuração monopolista da segunda metade do século XX -, a distribuição da mais-valia social na totalidade do sistema ocorre pelas transferências de valor entre setores em seu conjunto, de onde alguns ramos obterão superlucro. Alcançar tais superlucros, em certos países, decorre de caracteres específicos, primeiro no âmbito da produção, tais como, a possibilidade de se remunerar a força de trabalho abaixo do valor necessário à sua reprodução e, ainda, da utilização de matérias-primas mais baratas que o valor médio, também rebaixando custos do processo de produção. As condições objetivas de se alcançar estes requisitos se aliam às que incidem na capacidade que setores do capital possuem de se apropriar de valores produzidos em outros, em geral devido à sua maior produtividade, se comparada com outros ramos ou esferas na produção. Assim, outro elemento determinante na concorrência entre setores econômicos, que também incide na capacidade de apropriação dos superlucros, é a capacidade de inovação tecnológica, porém:

A inovação tecnológica, por si e na medida em que só implica aumento de produtividade do trabalho, não incrementa a massa total de mais-valia e muito menos a mais valia-relativa diretamente. Do ponto de vista da teoria marxista do valor, embora incremente a massa de valores de uso produzidos durante determinado tempo de trabalho, não resulta em maior riqueza capitalista produzida, pois esta tem como dimensão fundamental o valor, e não o valor de uso. (CARCANHOLO, 2013, p.105).

Desde a perspectiva da teoria do valor-trabalho (MARX, 2013), o valor de uma mercadoria corresponde à média do trabalho social despendido para produzi-la. O trabalho é então a substância social comum a toda mercadoria, e o valor é sua cristalização, desde o metabolismo entre trabalho morto e trabalho

⁶ Estamos trabalhando sobre as particularidades da América Latina, mas é interessante e fundamental a apreensão dessa dinâmica de subordinação dos territórios em outros continentes do chamado Sul Global. O livro de Kwame N'Kruma (1967) sobre este processo no território africano é esclarecedor.

⁷ Nos referimos ao processo de reprimarização das economias dependentes a partir dos anos de 1970/80, ver melhor em Mandel 1982, p.259.

vivo. Na produção capitalista, em geral, as mercadorias valem o equivalente ao trabalho socialmente necessário para sua produção, numa média social da produtividade dos diversos trabalhos empregados para produzi-la. Suponhamos que em todos os capitais de um ramo de produção trabalhem com a mesma tecnologia e que, se introduzida uma inovação, isso se espalhe aos demais setores que produzem a mesma mercadoria. Deste modo, o único resultado será a redução do valor unitário da mercadoria, mas a mais-valia produzida e apropriada pelo ramo de produção, em cada jornada de trabalho, de cada trabalhador, não se altera, continua sendo da mesma magnitude não havendo modificação nas demais variáveis. Isto ocorre, porque a inovação só implica em um aumento na taxa de mais-valia quando reduz o valor da força de trabalho, explica Reinaldo Carcanholo (2013, p.105), “Para isso ela precisa ocorrer nos setores que produzem bens de consumo dos trabalhadores ou seus insumos, aumentando a produtividade do trabalho ali e reduzindo o valor unitário desses bens.”.

O aumento da capacidade produtiva do trabalho resultante de uma inovação tecnológica pode vir, e quase sempre vem, acompanhado de um aumento da intensidade do trabalho. Trata-se portanto, de duas coisas distintas que devemos esclarecer: 1) o aumento da intensidade do trabalho expressa uma dinâmica em que se concentra uma maior quantidade de trabalho em um mesmo espaço de tempo, o que logo leva a redução do tempo de produção da mercadoria, ainda que sob a mesma quantidade de trabalho; 2) já a intensificação resulta de um maior esforço por parte do trabalhador, sendo muito parecida a extensão da jornada de trabalho. (CARCANHOLO, 2013).

Disso resulta que *o avanço tecnológico expressa um aumento da riqueza produzida, apenas, na medida em que resulta na intensificação do trabalho*. Pois ainda que a maior produtividade não resulte necessariamente na produção de uma maior riqueza capitalista, essa produtividade pode permitir a um capital individual ou a uma região ou a um país uma maior apropriação de valor. Ruy Mauro Marini (2011) demarca com clareza este dado:

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato que leva o capitalista individual a procurar o aumento da produtividade, já que isso lhe permite baixar o valor individual da sua mercadoria [...] obtendo assim [...] uma mais-valia extraordinária. Ora bem, essa mais-valia extraordinária ao traduzir-se em lucro extraordinário, altera a repartição geral da mais-valia entre os capitalistas, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, quer dizer, não incide na taxa de mais-valia. (MARINI 2011, p.139).

Com base nas descobertas de Karl Marx, tanto para Marini (2011) quanto para Carcanholo (2013), a capacidade de apropriação da mais-valia extraordinária resulta então da transferência de valor, neste caso, intrasetorial, ou seja, entre as empresas no interior do mesmo setor, ou entre produtores do mesmo tipo de mercadoria. Todavia, a capacidade de apropriação de maior mais-valia extraordinária resulta também da capacidade de inovação tecnológica, na qual a empresa não inovadora transfere valor à empresa inovadora, permitindo que esta, por sua vez, se aproprie de mais-valia superior à que produziu. No caso da renda, já é o lucro extraordinário resultante da transferência de valor entre os *diferentes* ramos de produção, que será apropriada por aqueles ramos de produção mais inovadores, ou seja, com alta composição orgânica e que empregam menos trabalho. Como nos alerta mais uma vez Reinaldo Carcanholo (2013, p.114), “a mais-valia extra não foi produzida pelo trabalho de produtividade excepcional, pois ele produz valor em quantidade igual ao trabalho normal; ela é produzida pelo trabalho das empresas não inovadoras que se veem obrigadas a transferir à inovadora [...] graças a existência de um único preço de mercado para a mercadoria.”.

Como aponta essa tendência vigente nas economias altamente centralizadas e concentradas em hipermonopólios a produção mundial passa a se caracterizar por uma homogeneização de capital fixo (trabalho morto/alta tecnologia) e capital circulante, sendo este o traço distintivo do capital no pós-guerra em 1970. Deste modo, ao criar condições para a dissolução das barreiras que fragmentava o mercado mundial, emperrando o fluxo de reprodução ampliada do capital, a homogeneização do processo produtivo marca uma nova fase de produção e circulação de mercadorias, na qual a lei do valor opera em pleno estabelecimento.

A questão central que se coloca acerca deste debate, subjaz ao fato de que a dominação imperialista e o incremento da produção voltada às necessidades de mercados consumidores implicam neste cenário na intensificação da concorrência entre grandes empresas e uma constante busca para incrementar a taxa de lucro. A consequência é a utilização de procedimentos e mecanismos para obtenção de lucros mais elevados, dada a necessidade de recorrer a novas formas de redução de gastos, de circulação e descentralização produtiva - resultantes na expansão da difusão tecnológica, especialmente em relação ao uso de métodos diretos de produção.

A resultante deste processo é a homogeneização no processo produtivo e a equalização da produtividade e da intensidade do trabalho, no qual o mercado mundial nos setores mais integrados, tende a nivelar os valores e a suprimir as diferenças entre os países que afetam a vigência do valor, a partir da diferenciação de preços no mercado internacional, segredo do intercâmbio desigual, segundo Ruy Mauro Marini (2011).

A outra face desse processo é a contrapartida necessária, que é a importância do trabalhador enquanto fonte produtora de lucros extraordinários. Paradoxalmente, por um lado, a introdução de novas tecnologias, resulta na expulsão do capital variável (trabalho vivo), de outro lado, mantém-se o elemento fundamental da reprodução ampliada do capital, a extensão do trabalho não pago. Na busca por esse trabalho não pago, é que se lança mão de mecanismos tais como a intensificação do trabalho, aumento da jornada de trabalho, rebaixamento dos salários abaixo do valor real da força de trabalho, mecanismos estes que constituem uma das dimensões do que Marini (2011) denomina de superexploração do trabalho.

São estas determinações estruturais e conjunturais que conformam a unidade dialética fundamental no capitalismo contemporâneo. Na medida em que acentuam tanto as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no plano mundial, como, também, intensificam a lógica mesma do desenvolvimento desigual e combinado entre nações de distintas composições orgânicas de capital, culminam no processo cuja apropriação do valor produzido se dará, em parte, fora dos territórios originais onde são extraídos.

3. OS (DES) CAMINHOS DA QUESTÃO AGRÁRIA LATINO-AMERICANA NA TRAMA GLOBAL DO CAPITAL

No caso da economia brasileira, a concentração e centralização de capitais culminaram na territorialização, por todo o espaço produtivo no campo, de grandes grupos empresariais, que intensificaram as disputas entre si e demarcaram novas dinâmicas de subordinação/dominação do trabalho. O que resultou em um movimento intenso de expulsão da força de trabalho do campo para as cidades.

É importante salientar que, articulada às transformações territoriais, ocorre uma superposição ou mesmo a disputa direta entre as frações da burguesia agroexportadora, com destaque para os investimentos na atividade agroindústria. O cenário que se apresenta desde então, em que as frações do capital no território em disputa (intra e intercapital), ganham participação crescente de grupos estrangeiros, expressa não apenas um novo redimensionamento do espaço agrário no Brasil, mas a cristalização do poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis do país e, também, sobre as terras com maior incidência de disponibilização de água do subsolo.

Em ramos de produção como a agricultura, com baixa composição orgânica e que empregam mais força de trabalho, a renda alcançada por este setor decorre do fato de que intervém durante o processo produtivo, além da extração do valor-trabalho, um bem natural que é escasso e diferencial - a terra -, onde a simples propriedade privada desse bem natural confere a possibilidade de auferir um preço de monopólio de certo produto (VÉRGES, 2006). O preço de monopólio a partir de um recurso natural advém da possibilidade de lucrar de forma distinta - a renda da terra - isso porque é detentor de sua propriedade, de seu domínio. Portanto, o domínio da propriedade privada da terra e dos recursos naturais cria as possibilidades dos dominadores - seus proprietários latifundiários- se apropriarem de parte do excedente do trabalho social, como adverte José de Souza Martins (1995) ao aprofundar este dado:

A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A propriedade da terra é uma relação social [...]. É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação. (MARTINS, 1995, p.169).

Um dos elementos a justificar a separação permanente entre terra e trabalho é o fato da posse da terra constituir-se como o princípio da propriedade privada, neste sentido, a manutenção da propriedade privada da terra “desempenha uma função ideológica e legitimadora para todas as formas de propriedade privada” (Harvey, 2013, p.463), principalmente a propriedade privada dos meios de produção, condição *sine qua non* da existência do capital. Como ainda David Harvey (2013) ratificou, sob o capitalismo, a separação entre terra e trabalho consiste no processo de criação das condições de produção capitalistas, na medida em que a negação do acesso à terra ao trabalhador funciona como um meio compeli-lo ao processo de produção de mercadorias. Esse processo não se restringiu ao processo de acumulação primitiva, pois é uma permanente necessidade social ao capital que não arrefece com o avanço do capitalismo, antes, se acentua de variadas formas como

contínua expropriação, a exemplo do que ocorre na América Latina sobre os territórios originários que foram reconhecidos e, então, aparentemente protegidos, mas que seguem sob forte ataque com especial voracidade na região amazônica, por exemplo. A força crescentemente destrutiva da mineração, do agronegócio e dos grandes empreendimentos energéticos não permitem qualquer limite ou controle deste processo.

Esta questão nos faz retornar há mais de 500 anos atrás, desde que as invasões europeias selaram o destino para este território e seu povo - os povos originários - servir ao processo que Karl Marx sintetizou como *acumulação originária*, o qual se configura, para a América Latina, na pilhagem, no saqueio, no genocídio, na escravização do índio e do negro africano trazido à força, ou seja, na mais absoluta e violenta subordinação da produção da riqueza e da organização da sociedade aos interesses das metrópoles. Em 300 anos de espoliação, exploração e escravização, com o mesmo objetivo, mas distintas estratégias, formas de enriquecer as metrópoles se aprimoraram assegurando o contínuo e expansivo fornecimento de produtos primários - metais preciosos, madeira, alimentos, cana de açúcar, café, algodão etc, ao lado do rentabilíssimo e vil tráfico de pessoas. Tal fluxo de africanos escravizados, de mercadorias e de riqueza converteram-se em dinâmicos e vultuosos financiamentos originários para que o capital se desenvolvesse com seus ritmos próprios em cada territórios da Europa, ultrapassando o tempo histórico das lutas dos povos na América Latina, seus processos de independência.

Após mais de 300 anos de subordinação colonial e de drenagem de riquezas, os ciclos econômicos pós-independências dos países da América Latina ficaram restringidos pelos atrelamentos financeiros e pela contrita especialização que a inserção na divisão internacional do trabalho impunha à cada um como países dependentes, impedindo a criação de meios tecnológicos, político e econômicos minimamente soberanos que permitisse a participação na concorrência com alguma simetria no mercado mundial, inclusive a que exigiria uma remodelagem completa da produção agrária e da questão da terra. Houve simultaneidade destes processos e as atravancadas independências se deram com a formação os primeiros monopólios dos fins do século XIX, que com a política imperialista tornaram mais persistentes as amarras da dependência, enrijecendo as dinâmicas de dominação e de acumulação do capitalismo na relação neocolonial.

No processo de inserção dependente, nem os países latino-americanos seguiram exatamente o mesmo curso, alguns conseguiram algum avanço na industrialização, como o caso do Brasil, Argentina, México, Chile e em outros sequer uma industrialização incipiente pôde se realizar ao longo do século XX, como no caso da Bolívia, Peru e Paraguai⁸. Mas sem tocar nestas particularidades, todas as nações latinas têm na dependência uma determinação fundamental a desenrolar relações e vínculos econômicos, modelando destinos das sociedades latino-americanas no século XIX, XX e agora no século XXI: Assim, é a dependência o fundamento do capitalismo *sui generis* latino americano, tomada como a “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p.141). Nesse mesmo sentido, mas destacando que de forma diferente das nações hegemônicas, Florestan Fernandes (2008, p.38) nos mostra que “As economias nacionais dependentes organizam-se basicamente em função de condições, oportunidades e limitações, impostas pelo mercado mundial e, através dele, pelas economias a que se articulam em posição heteronômica”. Neste ciclo imperialista, a dependência demarca para o território a desigualdade crescente e o permanente subdesenvolvimento, apesar da abundância de riqueza que possui, pois ela consolida a superexploração da força de trabalho como o mecanismo gerador a mais-valia extraordinária, necessário para a reprodução dos processos sócio-políticos que viabilizam a drenagem de riquezas para os centros e o enriquecimento das oligarquias internas. Ainda é necessário demarcar, como em Souza (2020), que sob a dinâmica da superexploração, a questão agrária e a questão racial são inevitavelmente imbricadas, ademais.

Reconhecida a superexploração da força de trabalho como determinação econômica do processo de produção de valor no capitalismo dependente, entendo que ela se assenta em condições objetivas e subjetivas que necessitam ser evidenciadas no debate teórico: a propriedade privada monopolista da terra e o racismo estrutural — ambas conexas, forjadas desde a invasão colonial e do escravismo, e que se tornam basilares às condições de existência do capitalismo dependente (SOUZA, 2020, p. 15).

Então, o papel da América Latina no mundo capitalista está restrito à produção deste especial valor advindo restritamente das riquezas primárias, com base em relações de trabalho e de propriedade ditadas pela demanda dos superlucros. Assim, não há lugar para coordenar produção de mercadorias e necessidades das

⁸ Sobre os distintos níveis de desenvolvimento do capitalismo dependente nos países latino-americanos, Cf.; BAMBIRRA, Vânia, (2013).

populações. A renda absoluta da terra, como se sabe, corresponde à capacidade de apropriação do valor pelo simples fato de possuir a propriedade privada da terra e dos recursos naturais que nela existem.

Nesse sentido, essa categoria analítica possui relevante potência heurística na apreensão dos processos históricos de acumulação mundial e de inserção das distintas formações econômico-sociais contraditoriamente incorporadas a ele. No caso latino-americano, o que o diferencia das economias centrais é que, ao serem vinculadas ao mercado mundial, o fazem de modo a abastecer a demanda de bens primários necessários para a produção industrial nos países europeus. O território latino-americano ocupa, assim, lugar estratégico para a continuidade da especialização produtiva que drena a acumulação capitalista para os países centrais e seus sócios (anti) nacionais, pois como se sabe é detentor de uma vasta e rica biodiversidade, com os maiores recursos hídricos do planeta, um amplo ecossistema de fauna e flora, e recursos minerais essenciais à produção abundante de mercadorias de todo tipo. Então, sendo estratégicas para o desenvolvimento capitalista desde o seu nascimento, a terra e seus potenciais na América Latina se tornam cada vez mais visados, à medida em que esses recursos vão ficando escassos no mundo.

Desta maneira, uma potente chave analítica para conhecer a mecânica da propriedade privada da terra hoje no capitalismo se encontra na equação que revela que - independente das relações historicamente contraditórias entre proprietários fundiários e capitalistas - a tendência crescente sob o capital é “o tratamento da terra como um mero bem financeiro”, sendo este “bem” viabilizado pela exploração do trabalho, independente se o proprietário é o Estado, a Igreja, os bancos, os fundos de pensão, pequenos produtores, etc. (HARVEY, 2013, p.462). Nesta configuração, sob formas puramente capitalistas, a terra aparece como capital fictício⁹, reduzida a um ramo especial da circulação do capital que rende juros. Assim, a propriedade privada da terra e, conseqüentemente, a renda da terra assumem uma forma contraditoriamente essencial à própria acumulação de capital, ao determinarem a alocação adequada de capital na terra, e estabelecendo relação direta com o fluxo de capital, de acordo com os interesses e critérios da própria dinâmica de acumulação. Nestes termos, a existência da renda da terra introduz novas determinações aos fluxos de mais-valia e isso não altera a lei do valor (VERGÉS, 2006), somente agrega novas mediações e contradições a seu modo de operação.

Com base nas presentes reconfigurações, que aprofunda a apropriação da terra e a transforma e aprisiona no circuito do capital fictício, ou seja, como um campo aberto para a circulação de capital que rende juros, Harvey (2013) mostra que o tratamento da terra como um “mero bem financeiro” é o que faz ocultar a contradição entre a lei do valor e a renda da terra, sendo esta mesma lei do valor que desenvolve esta transformação, consolidando a determinação originária estabelecida por Karl Marx (2017), na qual a propriedade privada e renda da terra são pares relacionais socialmente necessários para a reprodução ampliada do capital.

A circulação de capital que rende juros em títulos fundiários desempenha um papel análogo àquele do capital fictício em geral. Ela indica os caminhos de localização para futura acumulação e atua como um agente de força catalizadora que reorganiza a configuração espacial da acumulação segundo os imperativos básicos da acumulação. (...) é, ao mesmo tempo, um dispositivo de coordenação vital na luta para organizar o uso da terra, de modo a contribuir para a produção de mais-valia e para a estruturação das formações sociais capitalistas em geral (HARVEY, 2013, p.476).

A partir dos elementos sumariamente abordados, a *Teoria da Renda da Terra*, de Karl Marx, e com seus intérpretes mais coetâneos, mostra-se fundamental para a compreensão de aspectos essenciais do processo de acumulação do capital, mediante o propósito de conferir sentido às mediações sócio-históricas da questão agrária no país e região, na perspectiva da totalidade. Portanto, a especulação sobre a terra como mercadoria - que permite a apropriação de uma renda futura - condena o trabalho à realização da mais-valia necessária ao pagamento desta renda. A exigência de pagamento da renda da terra é a determinação das atividades, da localidade e do espaço e tempo nos quais o trabalho deverá se realizar para a produção de mais-valia. Sendo assim, a mobilidade do capital e do trabalho são estabelecidas pelos interesses dos proprietários fundiários que atuam ativamente na construção de dispositivos que “filtra [m] o uso da terra e impõe alocações de capital e do trabalho que do contrário não poderiam acontecer” (HARVEY, 2013, p.473).

⁹ Em Marx, a categoria *capital fictício* expressa o capital monetário que não tem correspondência real. Diz respeito à multiplicação ilusória da riqueza realmente existente através do capital portador de juros, com a mediação de mecanismos monetários e financeiros (HARVEY, 2013).

Quanto mais ativos forem os proprietários de terra neste aspecto, mais ativo será o mercado fundiário e mais ajustável se tornará o uso da terra em relação às exigências sociais no presente momento, a acumulação do capital. (...) O mercado fundiário molda a alocação de capital a terra e, desse modo, molda a estrutura geográfica da produção, da troca e do consumo, a divisão técnica do trabalho no espaço, os espaços socioeconômicos da reprodução e assim por diante (HARVEY, 2013, p.473-475).

Visando aprofundar os termos de análise sobre as formas de apropriação da renda da terra, cabe lembrar e reposicionar o problema da unificação da terra e do capital na sociedade burguesa e a subsunção formal e real do trabalho ao capital. Neste âmbito, mesmo nos setores produtivos do campo nos quais as relações de produção são não-capitalistas, ou seja, não mediadas por uma relação de assalariamento, como no campesinato, a dominação do capital sobre os processos sociais de produção leva à expropriação de parte do trabalho familiar como pagamento da renda da terra, sujeitando também o trabalho criado nessas relações ao processo de valorização do capital.

Sabemos que a subsunção formal e real do trabalho ao capital diz respeito à separação do trabalho da terra, dos meios de trabalho e da sua própria autonomia frente à sua realização, no entanto, a existência da renda territorial como uma condição socialmente necessária ao capitalismo assegura que mesmo os trabalhadores que não são separados da terra e dos meios de produção sejam subsumidos ao capital. Essa situação corresponde ao desenvolvimento desigual do capital que, na incessante busca por maiores possibilidades de extração da mais-valia, se apropriará no campo dos setores onde a renda da terra é mais volumosa, ao mesmo tempo em que manterá, fomentará e/ou criará formas não-capitalistas, bem como criará mecanismos para extrair trabalho excedente em todos os setores produtivos no campo (MARTINS, 1995).

De acordo com análise de Martins (1995), este processo se mostra nitidamente no Brasil e, podemos aludir, nos demais países latinos agrário-exportadores, como um todo. Neste território, o capitalista e o proprietário fundiário são, em geral, a mesma pessoa (ou grupo/corporação), portanto, não há uma contradição de classes na apropriação da renda da terra, pois, ao fim, a mesma *persona* se apropria tanto da parcela da mais-valia referente ao lucro quanto daquela parcela da mais-valia referente à renda da terra, induzindo ao encobrimento do processo e à sua mistificação. Essa é uma tendência do capitalismo, como aponta Harvey (2013), porém, a estrutura histórica de constituição do capitalismo dependente, na qual o monopólio da terra é fundamental, permite que na América Latina tal processo ocorra de forma imediata e extensiva.

A disputa pela hegemonia econômica, que passa a ter a China como um grande concorrente mundial, seguido pela Índia, ou seja, uma mudança na rota do capital que se desloca de uma disputa entre EUA e Europa. Já em 2014, a China bate os EUA no posto de maior economia do mundo, ficando em primeiro lugar, com os EUA em 2º e a Índia em 3º. Seguindo as colocações de Monica Bruckmann (2011), o que se mostra é um novo ciclo tecnológico, sob a hegemonia asiática, o foco na pesquisa e produção em ciência e tecnologia, está se deslocando para a Ásia¹⁰. A demanda por matérias primas neste contexto faz acirrar as disputas sobre o território latino-americano, na qual as estratégias imperialistas vão desde o controle militar, o posicionamento de capitais, a intervenção nos rumos políticos das nações.¹¹

Para os EUA, o domínio dos recursos naturais em nível global, que constitui questão de segurança nacional, está garantido por direito unilateral, reconhecido explicitamente na sua estratégia de segurança nacional vigente para usar a força militar em sua consecução todo e qualquer recurso que seja necessário para manter o equilíbrio, a segurança e a qualidade de vida, deve ser apropriado, independente dos meios. Esta é a dinâmica da dominação imperialista que terá o controle dos territórios como elemento fundamental, de maneira neocolonialista, combinando estratégias militares (na América Latina e Caribe tem 39 bases militares fixas e

¹⁰ De acordo com Bruckman (2011), a China emerge como grande consumidora, mas também como grande produtora mundial de recursos minerais. Sua dependência por recursos naturais externos é menor que a dos EUA, pois é também uma grande produtora, tendo no seu território parte expressiva das matérias primas de que necessita; realizando uma elevação drástica, nas últimas décadas da sua produção de recursos minerais para atender à sua demanda interna e às necessidades do seu modelo de desenvolvimento e industrialização. Mas mesmo assim, há o investimento estratégico do capital chinês em outros territórios, como em países africanos e latino-americanos com numerosos projetos de desenvolvimento da exploração e produção de minerais, além de sua aliança estratégica com a Venezuela, o que constitui elementos importantes para as mudanças hegemônicas em andamento e a nova geopolítica mundial, posto que tais investimentos confrontam diretamente os interesses dos EUA.

¹¹ Cujas expressões mais recente foi a imposição da renúncia de Evo Morales, na Bolívia, sobre a qual o CEO da TESLA, empresa norte americana de armazenamento de energia e produção de carros elétricos, deu indicativos públicos de que foi para defender os seus interesses sobre o lítio (matéria prima fundamental para o seu ramo industrial e cujas principais fontes estão na Bolívia). <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>.

46 itinerantes), garantia da hegemonia política e cultura e controle dos processos econômicos e de fixação do capital. (BRUKMAN, 2011; ESTHER CECEÑA, 2014).

A vulnerabilidade dos EUA em relação aos recursos minerais é quase absoluta: dependem entre 99% e 100% de importação de outros países inclui a bauxita e a alumina, fundamentais para a elaboração de produtos não metalúrgicos, tais como abrasivos, químicos e refratários. De acordo com dados de 2005, os Estados Unidos importavam da América Latina 62% de bauxita (Jamaica, 32%; Brasil, 18%; e Guiana, 12%) e 48% de alumina (Suriname, 18%; Jamaica, 16%; e Brasil, 12%). Os dados levantados por Bruckman (2011) mostram que os minerais dos quais os Estados Unidos dependem em maior proporção da América Latina são: estrôncio (93%), lítio (66%), fluorita (61%), prata (59%), rênio (56%), estanho (54%) e platina (44%).

Frente a esta conjuntura mundial, a centralidade da disputa pela terra, pelo capital financeiro transnacional, transforma a terra não apenas em mercadoria, mas em objeto de especulação. É nesse ínterim que se pode explicitar a dinâmica da contemporânea da superexploração da força de trabalho e da luta de classes, no confronto, velado ou não, entre os povos latino americanos e o capital. Sob tal conjuntura, acentua-se a necessidade de uma burguesia subserviente e de um Estado autoritário e conservador que garanta internamente as condições necessárias para que a drenagem da riqueza seja realizada¹².

No caso do Brasil, atualmente, os setores produtivos agrícolas de maior rentabilidade, aqueles voltados à exportação das chamadas *commodities* - cana de açúcar, soja, pecuária de corte, etc., além dos setores minerários -, são dirigidos diretamente pelo capital financeiro. Em tais setores há possibilidades de apropriação de uma renda da terra maior e o processo de exploração do trabalho se realiza com um trabalhador totalmente despossuído dos meios de produção, o chamado proletário rural. Os setores onde a renda é baixa, como na produção de alimentos para o consumo interno - feijão, mandioca, hortaliças, etc. - são, em geral, dirigidos pelo camponês, na maioria das vezes, pela pequena agricultura e agricultura familiar, no entanto, ainda que seja proprietário privado da terra e dos meios de produção, estes pequenos produtores estão sujeitos ao pagamento da renda da terra e não à apropriação da mesma. Estando subordinado ao sistema financeiro-bancário, o pequeno produtor está sempre comprometendo sua propriedade e produção como garantia dos empréstimos e contratos. Por isso, mostrou-nos Martins (1995, p.176) “a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas”. Em decorrência, configura-se como mecanismo adjutório decisivo à dinâmica da superexploração e da dependência. Vergés (2011) indica que o movimento do capital no seu processo de acumulação cria mecanismos específicos pela renda da terra - vide mercado ou sistema bancário e etc. - para se apropriar de toda a mais-valia produzida pelo trabalho, mesmo nas esferas produtivas centralizadas pelo campesinato.

Em tempos de pandemia novos problemas se revelam, conforme adverte Alentejano (2020), mostrando que nas últimas décadas a proliferação das principais epidemias, como a gripe aviária, a gripe suína e a própria pandemia do novo coronavírus, podem ter relação direta com a disseminação do modelo de produção baseado na aglomeração de milhares de animais confinados em pequenos espaços, que se revelou como uma fonte inesgotável de multiplicação de doenças, que permanecem apenas circulando entre estes, mas outras acabam, através de mutações, saltando dos animais para os seres humanos, também. Assim, analisa:

A expansão dessas grandes monoculturas se faz, muitas vezes, deslocando outras culturas e criações para novas áreas, promovendo o desmatamento de florestas que até então era habitadas por populações indígenas e camponesas que acabam sendo expulsas dessas áreas. A principal é criação industrial e extensiva de animais, principalmente frangos, perus, porcos e vacas. A isto soma-se o contexto geral da agricultura industrial, na qual 75% da terra agrícola de todo o planeta é utilizada para a criação de animais em massa, principalmente para criação de pastos com essa finalidade. A terceira é o crescimento descontrolado da mancha urbana e das indústrias que a alimentam e que por ela subsistem. [...] O avanço do desmatamento, por sua vez, leva animais silvestres que antes se encontravam nas florestas a se

¹² Mostrando como o “Império não dorme”, uma breve atualização sobre os processos políticos e golpes por toda a América Latina pode ser encontrada em: PAIVA, Beatriz Augusto; TAVARES, Elaine Jussara. O confronto de projetos societários na América Latina no Século XXI: uma nova guinada do mundo?. In: Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 601-614, set./dez. 2020. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p601/44814>

deslocar para outras áreas, inclusive urbanas, transformando-se também em vetores da disseminação de doenças. (ALENTEJANO, 2020, p. 35).

Compilando dados importantes, Alentejano (2020), mostra ainda que segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a expansão da fronteira agropecuária é responsável por 70% do desmatamento, mundialmente.

Com tal magnitude e tendência expansionistas, a distribuição menos desigual da terra por meio de reformas agrárias do tipo clássico - burguês - não contradiz o capitalismo, ao contrário. Nos países centrais, este foi um processo impulsionador do próprio sistema, a lembrar os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos. Se nos países centrais, a contraditória importância da renda da terra na distribuição da mais-valia foi equacionada com as reformas agrárias, na América Latina a história prova que não há possibilidades dentro do sistema capitalista imperialista de sequer diminuir a extrema desigualdade no acesso à terra. Desde a Revolução Mexicana, passando pelas imensas e inúmeras lutas camponesas em cada território conflagrado da região, tal conquista jamais foi assimilada. Todavia, cabe registrar que nas diversas regiões do mundo elas também emergem à sua maneira, determinadas pelos processos constitutivos como o colonialismo e a dependência. As contradições inerentes ao capitalismo multiplicam-se com a sua expansão e, ao mesmo tempo, constituem um entrave à questão agrária. Assim, a partir da América Latina, mais uma vez é preciso relembrar, que a separação entre terra e trabalho, como esteio da produção capitalista, ditada pela dinâmica dependente e subordinada aos interesses imperialistas, apresenta nuances particulares que se explicitam na questão agrária aberta e latente, numa estrutura que reproduz a superexploração da força de trabalho como condição *sui generis* da extração de valor neste território (MARINI, 2011).

A simbiose entre a questão agrária e a hegemonia rentista do capital fictício elevam os impasses da luta de classes para além da questão do acesso à terra, exigindo novos modelos de produção e de reprodução social, na perspectiva de um novo ser social liberto definitivamente do capital. Tal estrutura segue, portanto, decisiva para os enlaces da luta de classes que reposicionam a indispensável articulação e unidade entre o campo a cidade no enfrentamento do poder desmedido do capital financeiro imperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um importante elemento que explicita o papel primordial da renda da terra na acumulação do capital e na extração de valor no capitalismo dependente, são as configurações contemporâneas da mercadorização da terra, dominada pela especulação. Demarca-se após a crise de 2008, quando o próprio interesse pelas *commodities* é abalado, o surgimento de empresas especializadas em negociar com preço do título de propriedade de terras para obterem seus rendimentos.

A própria gênese do investimento no título de propriedade da terra já ocorre mediada pela determinação do *boom* das *commodities*, autonomizada da própria possibilidade da produção agrícola valorizar o valor de tal capitalização. Com a crise, logo o preço da terra se autonomiza do preço das mercadorias produzidas pelo setor primário-exportador, fazendo com que a continuidade do investimento nos títulos de propriedade de terras retroalimente a subida dos preços desses títulos. Isso ocorre justamente hoje, enquanto os preços das *commodities* caem e o preço da terra continua a subir, atraindo ainda mais investimento nesse tipo de ativo. A ideia de que o “agro é pop”, o agro é tudo, o agro é a indústria e a riqueza”... assumido um papel fundamental para a dominação do capital internacional, que é a da manipulação ideológica, que fetichiza a situação de extrema vulnerabilidade e dependência do país em relação ao capital internacional, a destruição da parca indústria nacional e busca consolidar a velha ideia de que a nossa vocação é a de fornecer matéria prima aos países desenvolvidos, mas tudo bem com isso.

Portanto, estamos apresentando o contexto concreto onde o capital financeiro instruindo a produção agro-exportadora, se incumbe com total retaguarda do Estado em sua face mais brutal, da violência extrema acionada como reação aos movimentos sociais do campo e da cidade que lutam por terra e direitos. Esta luta não está dissociada do projeto anticapitalista de sociedade, que defendem a soberania nacional como forma de sobrevivência dos povos. Esta violência, que não é de hoje nem de ontem, se reflete no número absurdo de assassinatos de lideranças dos movimentos sociais, de desmatamentos criminosos, de invasão às Terras Indígenas sob a chancela do setor de mineração e seus defensores no Governo federal. O Brasil segue em primeiro lugar no ranking dos países que mais matam ativistas, que mais matam a biodiversidade, que mais matam na pandemia, que mais matam.

Reconhecer a dinâmica da renda da terra e o aprofundamento da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente no painel histórico da crise contemporânea do capital, pode reunir os elementos de

apropriação crítica da realidade do país, derrubando as cercas que confinam a questão agrária no espaço distante do mundo rural, cada vez mais dissociado dos temas e lutas das cidades. É tempo de unidade dos trabalhadores do campo e da cidade.

REFERENCIAS

- ALENTEJANO Paulo Roberto Raposo, Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia, *In: Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 32-38, maio 2020.* Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242/33470>>, acesso em 31 de agosto de 2020.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BRUCKMANN, Monica. *Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana/* Monica Bruckmann. – 2011. 88 p. disponível em: <https://cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf> Acesso em: 31/07/2020.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: essência e aparência* 2. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARDOSO, Máisa Gonçalves. *Renda da terra e agronegócio: reflexões sobre a questão agrária no Brasil do século XXI*, Tese de Doutorado. Florianópolis: PPGSS/ UFSC, 2020, Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215818>>., acesso em 09 de abril de 2021.
- CHESNAIS, François. Capitalismo mundializado: o momento atual da crise financeira. *In: REVISTA Em Pauta Número 21 - 2008*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/86/79>, acesso em 04-12-2020.
- ESTHER CECEÑA, A. (2014). La dominación de espectro completo sobre América. *In: Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas, 8(2), 124-139.* Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16130>
- FLORESTAN, Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5º edição. São Paulo: Global, 2008.
- LENIN, Vladimir. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4.ed. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 3. Ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. -7 ed.- São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro III. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- N'KRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo – último estágio do imperialismo*. Trad. Maurício C. Pedreira. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.
- OSÓRIO, Jaime. *O Estado no Centro da Mundialização*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.
- PAIVA, Beatriz Augusto; TAVARES, Elaine Jussara. O confronto de projetos societários na América Latina no Século XXI: uma nova guinada do mundo?. *In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 601-614, set./dez. 2020.* Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p601/44814>, acesso em 21 de novembro de 2020.
- SOUZA, Cristiane Luísa Sabino de. *Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. 1 ed.—São Paulo: HUCITEC, 2020.
- VERGÉS, Armando Bartra. *El capital en su laberinto: De la renta de la tierra a la renta de la vida*. 1.ed -- Cidade do México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006.

Recebido em 30-03-2021

Aprovado em 07-06-2021